

# NOVAS ESTRATÉGIAS KAIOWÁ E GUARANI NA LUTA E RECUPERAÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS<sup>1</sup>

Bruna Andrade (UFGD/MS)

Priscila Anzoategui (UFGD/MS)

Rafael de Abreu (UFGD/MS)

## Palavras-chave:

Guarani e Kaiowá, Território, Retomada

## Introdução:

Neste trabalho analisaremos e relataremos, a partir da perspectiva de três aspirante a antropólogos, as novas estratégias Kaiowá e Guarani na luta e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul. As áreas escolhidas para análise foram Ñande Rú Marangatu, entre a cidade de Antônio João e o distrito de Campestre, Tey'í Jusu, que fica próxima ao município de Caarapó; Kurupi/Santiago Kue, próxima a Naviraí.

Antes de iniciarmos a análise das três áreas escolhidas, faremos uma reflexão sobre o "fazer campo" em contextos de extrema violência. Tal contexto encontra em o estado de Mato Grosso do Sul um cenário singular, pois além de possuir a segunda maior população indígena do país, com aproximadamente 62.000 pessoas<sup>2</sup>, tem uma vasta lista com reconhecimento internacional de denúncias de violações de direitos humanos e ataques contra os povos indígenas.

Em um histórico processo de forte conflito fundiário, de luta pela recuperação de posse dos territórios tradicionais e de confinamento<sup>3</sup> destes indígenas em reservas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> Dados de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>3</sup> Já na década de 1940, Egon Schaden afirmou que os Guarani "[...] já não ocupam áreas extensas e concretas, mas estão sendo confinados a pequenas reservas ou aldeias sob a proteção ou mesmo administração oficial [...]" (SCHADEN, 1962, p. 18). Todavia, Antonio Brand (1993 e 1997) foi o primeiro a apresentar um trabalho histórico que evidenciasse o processo de aldeamento destes indígenas nas reservas sob a administração do SPI, foi por meio de seus trabalhos que a noção de confinamento territorial foi popularizada e passou a ser utilizada por diversos autores que o seguiram. A noção de

criadas pelo Estado, o *fazer antropológico* tem suas peculiaridades em relação a outros lugares, a exemplo das territorialidades da região amazônica.

O antropólogo é inserido numa situação de campo contínua e na responsabilidade de diversas demandas frente às populações indígenas que vão além de seu trabalho, como por exemplo: demarcação de terras, políticas de saúde, educação, produção de alimentos, e questões relacionadas às violações de direitos coletivos.

Constantemente somos questionados nas áreas de retomada pelas comunidades indígenas, "o que esse trabalho vai ter de resultado para a minha comunidade?", "já veio um monte de gente aqui estudar e não tivemos resultados nenhum!", "queremos nossa terra demarcada!". Estes questionamentos são fundamentais e nos colocam uma série de desafios e dilemas para o fazer antropológico com as populações indígenas, já que nossas pesquisas muitas vezes ficam restritas apenas ao ambiente acadêmico, ou seja, questionam o próprio lugar de fala e ação do antropólogo.

A ideia clássica de "rito de passagem" para o trabalho de campo, como apresentado no célebre livro *Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social* de Roberto DaMatta faz pouco sentido no debate em questão. Não há também, como aplicar aquela movimentação da "antropologia clássica" - ala Malinowski - do pegar o barquinho e ir até determinada comunidade coletar dados e transformar aquelas informações em um *best seller*.

O deslocar-se até determinada região distante para trazer informações de alguns grupos, no qual a etnografia seria a principal fonte de informação, não se encaixa no fazer antropológico em Mato Grosso do Sul nos dias atuais. Pois, os indígenas não são novidade (muito menos exóticos) por aqui, pelo contrário, sempre estiveram presente, estreitando as definições de alteridade. As instituições, com destaque aos jornais, diariamente emitem opinião sobre a temática indígena, com ênfase no eles chamam de "questão indígena".

Os indígenas fazem parte do cotidiano das cidades, muitas vezes circulam nos mesmos espaços que os não-índios, porém com forte presença de racismo, preconceito e

---

confinamento é bastante eficaz do ponto de vista político, pois potencializa discursivamente as reivindicações pró-indígenas, todavia, a vejo com algumas ressalvas, pois implicitamente conota uma ideia de imobilidade da população, o que não se observa na prática (CAVALCANTE, 2013, p. 86).

intolerância. Na região sul do estado "todo mundo" parece saber alguma coisa sobre os indígenas, mesmo que essa "alguma coisa" seja totalmente deslocada da realidade vivida por eles. Nosso trabalho estabelece uma disputa discursiva com uma série de produções de outras disciplinas e informações que são difundidas pelos meios de comunicação e outras instituições.

É diante deste cenário que construímos este artigo, pois, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo com os avanços de paradigmas, poucos territórios foram demarcados pelo Estado brasileiro e os indígenas são obrigados a constantemente criarem novas estratégias para não cederem definitivamente seus territórios tradicionais para o empobrecimento territorial e ambiental da monocultura.

Existe uma série de ofensivas jurídicas e políticas que visam à retirada de direitos indígenas por meio de alterações de dispositivos legais. A maioria dos processos demarcatórios tem sido judicializada, novas interpretações, regras, jurisprudências e teses têm surgido.

Pretendemos abordar neste artigo novas estratégias de defesa e luta que têm surgido nos últimos anos em resposta a este cenário descrito acima. Essas novas estratégias são diversas, constituindo-se desde articulações por meio das universidades e práticas midiáticas, que se intensificaram nos últimos anos, até diversas articulações e alianças estabelecidas na luta pela terra.

Para elaboração do texto dividimos as áreas de acordo com o nosso trabalho de campo. O processo de *Ñande Ru Marangatu* foi escrito por Priscila Anzoategui, *Tey'i Jusu* por Rafael de Abreu e *Kurupí Santiago Kuê* por Bruna Andrade, e a introdução e as considerações finais elaboramos em conjunto.

### ***Ñande Ru Marangatu*- a retomada de uma terra já homologada**

*Ñande Ru Marangatu* é uma terra indígena (TI) com 9.317 ha, localizada na região do município de Antônio João, no sul do Mato Grosso do Sul, que o Brasil faz fronteira com o Paraguai. Para entender como foi o processo de demarcação, apresento uma síntese dessas etapas.

No dia 09 de abril de 1999 foi iniciado o procedimento administrativo de identificação e delimitação da referida TI, conforme os ditames do Decreto nº 1.775/96, tendo sido concluído em 2001.

Em 30 de outubro de 2002, o Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro declarou a TI como sendo de posse permanente dos Guarani e Kaiowá. Dois anos depois os indígenas ocuparam 500 ha, parte de sua terra tradicional no local, onde incidem as fazendas “Fronteira”, “Itá Brasília”, “Piqueri Santa Cleusa” e “Morro Alto”.

Desse modo, finalmente em 2005, o Presidente Lula expediu decreto de homologação da demarcação administrativa da TI *Ñande Ru Marangatu*. Após, a homologação os proprietários rurais impetraram um Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), conseguindo uma decisão favorável que suspendia os efeitos da homologação da terra indígena.

Os Guarani e Kaiowá foram novamente expulsos do seu território, ficando nas margens da MS-384, além de terem retornado à aldeia Campestre. No início do documentário “*Semilla de Sueños*”<sup>4</sup>, há cenas desse despejo, helicópteros sobrevoando em cima da comunidade, crianças chorando segurando cartazes, mulheres com suas *Taquara*, os *Ñanderú* combatendo a polícia com o seu *mbaraká*.

Meu primeiro contato com a terra indígena *Ñande Ru Marangatu* foi através de um convite que recebi de alguns movimentos sociais para acompanhar a ação de reintegração de posse que estava prevista para acontecer no dia 21 de setembro de 2015.

Fui convidada, pois além de ser mestranda em antropologia, faço parte do Coletivo Terra Vermelha, uma entidade da sociedade civil de Campo Grande-MS, que apoia à luta dos povos indígenas. Ressalto que, como frequento as Assembleias Guarani e Kaiowá e Terena, tenho uma maior aproximação das lideranças indígenas do estado, resultado da minha militância.

Sáimos de Dourados à noite, a previsão era chegar de madrugada e esperar com os Guarani e Kaiowá a vinda da tropa de choque da Polícia Militar, Polícia Federal, Força Nacional, Exército e DOF (Departamento de Operações de Fronteira).

Todo esse aparato repressivo foi montado por conta da ordem judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). Os Guarani e Kaiowá

---

<sup>4</sup> *Semilla de Sueños*, Documentário realizado pela Campanha Povo Guarani, Grande Povo e Cimi. Duração: 18'03''. Imagens: Noé Vitoux, Roteiro: Egon Heck, Montagem: Noé Vitoux e Martí M. Mato Grosso do Sul, 2009.

havia realizado novamente a retomada do seu território tradicional: no dia 22 de agosto ocuparam quase todo o território homologado em 2005.

Dez anos se passaram, essas crianças que sobreviveram ao despejo se tornaram adolescentes. Na retomada analisada houve uma intensa participação de jovens. Como me disse uma guerreira de 16 anos, Caciane, “*Nós entramos na retomada porque a terra era nossa. Aí a gente voltou a reocupar, entrou várias adolescentes, a maioria é jovem, adolescente, não é mais criança*”.

No dia 29 de agosto de 2015, os indígenas que estavam na área de retomada sofreram um ataque. Cem camionetes foram até o local, com seguranças armados, por volta do meio-dia. Chegaram atirando em mulheres, crianças e idosos, há relatos na página da *Aty Guasu* nas redes sociais<sup>5</sup> sobre a atuação do DOF:

*“Policiais DOF está a serviço dos fazendeiros, DOF não está atuando para evitar confronto não. É mentira, DOF está apoiando só fazendeiros e pistoleiros sim. Há vários indígenas feridos, torturados e morte no tekoha Ñanderu Marangatu”.*

O ataque resultou no assassinato do indígena Simião Vilhalva, ferido com uma bala na cabeça. Além dele, várias pessoas foram atingidas por balas de borracha, e uma criança de apenas dois anos sofreu ferimento nas costas.

É importante destacar que Simião era parente de Loretito Vilhalva, filho da antiga liderança tradicional Don Quitito. A família Vilhalva (ou Vilhalba) resiste ao processo de expulsão desde a década de 50, época em que Pio Silva e Milton Corrêa, que se tornaram os grandes proprietários de terra, chegaram na região expulsando os indígenas.

No entanto, a família Vilhalba resistiu a este processo de saída das terras que os Kaiowa ocupavam tradicionalmente e conseguiu, gradualmente e com o apoio de outros parentes e aliados, reorganizar a comunidade *Ñande Ru Marangatu* para retomar, como assim entendem os indígenas, parte de seu território naquela região fronteira. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, p. 37).

Ocorre que os fazendeiros, proprietários das áreas ocupadas, publicizaram o ataque, reuniram-se no Sindicato rural de Antônio João e de lá partiram para a área reocupada. Em alguns sites da mídia local (cf. DOURADOS NEWS, 2016) foram

---

<sup>5</sup> Página da Aty Guasu. Publicação: Data 29/08/15. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aty.guasu/posts/690046634463872>>. Acesso no dia 28/05/16.

veiculadas notícias da reunião e do encaminhamento de ir até *Ñande Ru Marangatu* expulsar os indígenas à força.

Roseli Ruiz, Presidente do Sindicato Rural de Antônio João, esposa de Pio Queiroz Silva, um dos proprietários das fazendas que incidem sobre o território tradicional, concedeu uma entrevista ao El País (2016), narrando que:

Na sexta, teve uma reunião em Campo Grande sobre a questão. Todos os sindicatos rurais foram. Eu tinha marcado uma reunião aqui no sábado e eles vieram para cá. Estava o senador Moka [PMDB], o deputado [federal Luiz Henrique] Mandetta [DEM], a deputada [federal] Tereza Cristina [PSB]... Conteí o que tinha acontecido, que minha vida virou de pernas para o alto. E falei que eu voltaria para a minha casa porque estava de saco cheio. Peguei a camionete e saí. Começou a sair todo mundo atrás. Fui na minha casa e entrei. Entrei como? Por favor, saiam daí? Não. Foi luta mesmo, corporal, todo mundo com pau na mão.

Esse ataque dos ruralistas ganhou a mídia nacional, os Guarani e Kaiowá de *Ñande Ru Marangatu* receberam a visita de muitos apoiadores, como movimentos sociais que fizeram campanha de arrecadação de alimentos para levar até a retomada. Importante ressaltar que, conforme noticiou a revista *Rolling Stone* (2016), em São Paulo ocorreu um Festival de música denominado “*Mbaraeté Resistência*”, em prol dos Kaiowá; ainda os Guarani Mbya do litoral de São Paulo também foram até a área levar mantimentos.

A Associação Cultural de Realizadores Indígenas (ASCURI) formada por jovens indígenas que buscam, por meio das novas tecnologias de comunicação, desenvolver estratégias de resistência para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul fez um vídeo sobre o ataque, consta na descrição do mesmo que foi realizado pelos membros que estavam presentes no local<sup>6</sup>.

Posto isso, concluo que as novas estratégias dos Guarani e Kaiowá se dão num cenário fértil de apropriação de novas tecnologias, divulgação dos fatos pela visão dos próprios indígenas nas redes sociais, além de uma maior abertura para conquistar novos aliados. Volto então aos percursos do fazer antropológico.

---

<sup>6</sup> Retomada *Ñande Ru Marangatu*. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=Q74A0IT9zPM>>, acesso no dia 25/05/16.

Lembro-me então que minutos antes de chegar ao local onde os indígenas estavam, recebemos a notícia que a ordem de reintegração de posse havia sido suspensa pela Ministra do STF (Supremo Tribunal Federal), Carmen Lucia. Estávamos indo então anunciar a boa nova.

Os Guarani e Kaiowá estavam interditando a MS- 384, estrada que liga Antônio João a Bela Vista. Com pneus pegando fogo no meio do caminho, o nosso carro foi parado. Um dos militantes indigenista saiu do veículo e disse em alto e bom som: “Não vai ter mais despejo, a reintegração de posse foi suspensa!”.

Não conseguia ver direito quantas pessoas estavam ali de fato, reconheci alguns amigos de outras retomadas, ouvi os gritos de comemoração. Quando amanheceu, vi muitos indígenas em cima das pedrarias dos morros, com arcos e flechas, pintados de jenipapo nos rostos, eram jovens, crianças, fazendo festa, tomando *chicha*. Nunca vou me esquecer dessa imagem.

Em maio de 2016, estive em *Pirakua* a convite do grupo de Teatro de Rua Imaginário Maracangalhá, que durante o Programa *Morosambihára*<sup>7</sup>, apresentou a sua peça “*Tekohá- Ritual de Vida e Morte do Deus pequeno*”. Na nossa volta a Campo Grande paramos na Escola da Aldeia Campestre (essa aldeia incide dentro da TI) chamada *Mbo’eroy Tupã’i Arandu Reñoi*; foi então que conheci minha interlocutora Inaye Gomes Lopes, professora.

A peça narra a história de Marçal de Souza, uma das maiores lideranças Guarani e Kaiowá, assassinado naquele mesmo lugar, Aldeia Campestre, em 1983.

Inaye nesse dia ficou bastante emocionada. Em *Pirakua*, o cacique Jorge, que conheceu Marçal, após a apresentação, nos disse:

Eu agradeço pois vocês vieram mostrar esse espetáculo para as crianças. É a primeira vez que assisto uma peça de teatro. O que vocês mostraram através da história de Marçal é que toda liderança tem esse mesmo caminho, alguém tem que morrer para ganhar direito. Simião Vilhalva morreu e o povo dele está lá lutando. Eu lembro do Marçal de Souza, é e foi uma pessoa importante para os Guarani e Kaiowá. Importante para a nossa luta da demarcação de terras. Ele plantou várias sementes antes de tombar. Marçal é igual a esse pé de Cedro. E

---

<sup>7</sup> O Programa *Mosarambihára- Semeadores do bem viver Guarani e Kaiowá*- é uma parceria do projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial indígena) com a ASCURI (Associação Cultural dos Realizadores Indígenas) dentre outras entidades.

hoje as crianças estão vendo quem é Marçal de Souza. *Tupã-i* guerreiro e no meio dessa terra vão nascendo mais guerreiros.

A fim de consolidar a minha trajetória antropológica para desenvolver este artigo, voltei à *Ñande Ru Marangatu* duas semanas após a visita do grupo de teatro. Queria saber da minha interlocutora como tinha sido a estratégia de luta para se concretizar a última retomada.

No caminho até a fazenda Cedro, Inaye me explicou que o Cerro de *Marangatu* era sagrado, pois contam os anciões que há muito tempo um *Ñanderu* fincou o seu *chiru* no alto do morro, então se tornou um corpo celeste e desapareceu. Mas é este *Ñanderu* que cuida dos Kaiowá daquela região, daí vem o nome do *tekoha Ñande Ru Marangatu*, “Nosso Pai Celestial” (PEREIRA & LEVI, 2009, p. 35).

Esse apego religioso ao local representou um elemento de forte motivação política e uma espécie de obrigação moral para com as divindades, como explicou um dos xamãs de Marangatu: “*O morro Marangatu tem de ficar na nossa mão, senão como vamos manter o contato com as divindades de que aí vivem?!*” (Ibdem, p. 94).



Cerro de Marangatu, maio de 2016. Foto: Rafael de Abreu

Inaye me relatou que a população nas aldeias Campestre e Marangatu havia aumentado nos últimos dez anos, o processo de confinamento (BRAND, 1997) tinha chegado ao limite. Cansados de esperar a solução da justiça, a retomada seria a solução para consolidar a demarcação já realizada.



Vários professores participaram da estratégia de retomar a terra tradicional. Indaguei a Inaye relatou como era ser professora num processo de constante luta, eis a resposta:

Ser professor não é fácil, você está na frente de uma luta, que você tá passando, assim não é você incentivar o aluno a ir numa retomada, mas sim você está mostrando um caminho, o que também nós adotamos. Penso assim, porque meu pai foi um grande líder, um grande representante do povo Guarani e Kaiowá, ele sempre falava da importância de passar isso pros adolescentes, pras crianças, pros jovens e formar uma comunidade com um pensamento bem positivo, de correr atrás dos seus direitos. Eu acho que o papel de um professor dentro de uma retomada é muito importante sim. Porque você tá ensinado a pessoa a andar com os seus próprios pés.

No caso dos Guarani e Kaiowá a falta de terras está intimamente ligada à negação de direitos, portanto, essas pautas de “demarcações de terras”, devem ser “traduzidas” para o âmbito do ensino escolar indígena, ressignificando aspectos particulares da cultura estabelecida nesse contexto (BATALHA ROCHA, 2012, p. 71).

Percebe-se, então, que na retomada de 2015 de *Ñande Ru Marangatu* existe forte vínculo entre a escola, os professores e os jovens, tão citados nesses escritos, para concretizar a garantia de seus direitos. A reocupação do território tradicional por esses atores se dá num cenário em que a educação foi utilizada como instrumento de luta, no sentido de conscientizar a questão da territorialidade juntamente com a efetivação da retomada abordada.

### **Tey'i Jusu - da retomada à busca pela aprovação do relatório de identificação da Terra Indígena *Dourados-Amambaieguá I***

*Tey'i Jusu* é uma área de retomada e de recuperação de posse da Terra Indígena (T.I.) *Dourados-Amambaieguá I*, dentro do perímetro já identificado pela FUNAI. Além dela, existem mais duas áreas similares consolidadas: Pindo Roky e Itagua. A área de 55.600 ha, localizada no município de Caarapó, Laguna Carapã e Amambai é composto por quatro comunidades, denominadas de Javorai Kue, Pindo Roky, Km 20/Urukuty e Laguna Joha.

O procedimento de identificação e delimitação da área foi realizado em decorrência do Compromisso de Conduta (CAC), firmado entre as lideranças indígenas, a FUNAI e o Ministério Público Federal (MPF), em 12 de novembro de 2007.

Nos momentos que antecederam a assinatura do CAC, o MPF, assim como outros parceiros dos indígenas e os próprios interessados já tinham a percepção de que o processo de demarcação das terras indígenas guarani e kaiowa, tal como vinha sendo conduzido até então, dificilmente chegaria a um termo em que atendessem às reivindicações indígenas, principalmente num espaço de tempo razoável. Como já demonstrado, a ação da FUNAI até aquele momento se dava a conta gotas e era focada na solução de casos isolados, nunca houve uma abordagem estrutural da questão. Diante disso, passou-se a discutir uma maneira de se solucionar a questão a partir de uma abordagem territorial, não mais focada na solução de casos específicos, mas no reconhecimento da integralidade das áreas guarani e kaiowa localizadas na região sul de Mato Grosso do Sul. (CAVALCANTE, 2013).

As diversas parentelas reunidas nestas quatro comunidades (Javorai Kue, Pindo Roky, Km 20/Urukuty e Laguna Joha), atualmente estão distribuídas em reservas (T.I. Caarapó, T.I. Amambai, T.I. Limão Verde, T.I. Jaguary, T.I. Rancho Jacaré e T.I. Guaimbí) ou em áreas de retomadas no interior do perímetro da Terra Indígena. (FUNAI, 2016)

Esses quatro tekoha são ligados por vínculos históricos, políticos, econômicos, de parentesco e de práticas rituais, de modo que conformam uma totalidade territorial chamada de tekoha guasu, onde os índios mantêm e reconstituem suas relações de sociabilidade, circunscritos em uma área que corresponde aos limites da TI Dourados Amambaiegua I. A documentação demonstra que o grupo indígena em questão, impedido de exercer a posse plena em sua terra de ocupação tradicional, logrou manter sua ocupação por meio de estratégias diversas. (FUNAI, 2016).

As estratégias de defesa e de acesso aos seus territórios tradicionais são diversas e se modificam de acordo com as ações do Estado brasileiro e dos fazendeiros. Os Kaiowá e Guarani da T.I. *Dourados Amambaiegua I* nunca deixaram de acessar a

sua área, mesmo com o processo de reservamento compulsório que eles foram submetidos a partir do início do século XX e as constantes tentativas de expulsões da área que ocorrem até os dias atuais, seja por reintegrações de posse determinada pela Justiça Federal em favor dos fazendeiros ou por ações paramilitares organizadas por fazendeiros e suas entidades de representação<sup>8</sup>.

Até a década de 1980, grande número de famílias viveu como "peões" de fazendas ou trabalhadores braçais (changas), o que lhes permitia permanecer em seus territórios tradicionais e, paralelamente aos serviços que prestavam aos novos ocupantes, cultivarem pequenas roças e exercer práticas de coleta, caça e pesca. A partir dos anos 1980, quando essa presença passou a não ser mais tolerada, assumiram posturas mais radicais, construindo acampamentos de recuperação de posse em terras tituladas por particulares, como uma forma de impedir o rompimento do vínculo historicamente estabelecido com suas terras de ocupação tradicional. Fato é que, mesmo em condições adversas e de submissão, os Guarani e Kaiowá nunca deixaram de acessar suas terras de ocupação tradicional, empreendendo diversos esforços para resistir ao esbulho renitente de suas terras, havendo documentação oficial destes episódios, desde os anos 1940 até 1992, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. (FUNAI, 2016).

No dia 07 de dezembro de 2014 um grupo de indígenas Kaiowá e Guarani fez uma retomada dentro do perímetro da área *Dourados Amambaipagua I*, chamada de *Tey'i Jusu*. As retomadas de terras e acampamentos indígenas são uma estratégia frequente dos Kaiowá e Guarani para a recuperação de seus territórios tradicionais. Segundo a carta entregue e publicada pelo ao *Aty Guasu*:

[...] os nossos avô e avós foram expulsos e expropriados recentemente de nossas terras tradicionais Tey'i Juçu em meados de 1960, pelos

---

<sup>8</sup> Era nesta região que os Guarani e Kaiowá dos tekoha que compõem a TI Dourados Amambaipagua I mantinham seus lugares de ocupação tradicional. De certa maneira, o controle da Cia. Mate Laranjeira sobre os ervais até o início da década de 1940 manteve os Guarani e Kaiowá relativamente resguardados em seu território tradicional. A atuação do SPI no início do século XX foi orientada pela política do Estado de integração dos indígenas à comunhão nacional, sendo criadas oito pequenas reservas, destinadas ao recolhimento dos Guarani e Kaiowá, deslocados à sua revelia, para dar lugar à formação das fazendas na região. (FUNAI, 2016).

fazendeiros, por essa razão nós reivindicamos a demarcação e devolução de nossas terras desde 1980, mas o governo e justiça federal do Brasil até os dias de hoje não demarcou, afirma e alega que as nossas terras se encontram em estudo, está no TAC, que será demarcada, mas já passaram mais de 20 anos, estamos enganados e fomos enrolados pelo governo do Brasil, cansado de esperar a demarcação, por essa razão, no dia 07 de dezembro de 2014, começamos a reocupar e retomar uma parte de nossas terras tradicionais TEY'I JUÇU, esse movimento de reocupação e retomada de TEY'I JUÇU é a nossa decisão como povo Guarani e Kaiowa, é decisão de comunidade, apoiada sim de todas as comunidades de mais 20 aldeias Guarani e Kaiowa, e de Aty Guasu, hoje somos povos indígenas unidos e resistentes, deixando evidente para todos que essa é a mobilização permanente e decisão definitiva do povo Guarani e Kaiowáa. Esse movimento é do povo indígena Guarani e Kaiowa de Reserva Teyi'kue, apoiadas de mais de 40 mil indígenas, de todas as aldeias e Reservas indígenas. É movimento pela demarcação do tekoha. contra as violências promovidas pelos fazendeiros e suas organizações. (ATY GUASU, 2014)

Outro fragmento da carta faz uma crítica a cobertura midiática que de acordo com os indígenas:

os fazendeiros divulgam na imprensa dele, como fossem bonzinhos, alegando que sempre eles seriam bonzinhos com os indígenas. Essa versão dos fazendeiros não são verdades, os fazendeiros já mataram vários indígenas no passado recente, e continuam atacando e assassinando indígenas sim, expulsaram os indígenas de terras indígenas, e continuam massacrando e matando nos indígenas Guarani e Kaiowa, essa é a verdade. (ATY GUASU, 2014)

A imprensa local, principalmente da região sul de Mato Grosso do Sul, tem publicado muitos textos atacando os indígenas e se posicionando ao lado dos fazendeiros diante do processo de luta e recuperação da área.<sup>9</sup>

Diante deste contexto, como estratégia na luta pelos seu territórios, os indígenas tem desenvolvidos práticas midiáticas que visam disputar a opinião pública sobre o conflito, mas também denunciar as violações de direitos humanos. Esta movimentação esteve presente desde de o início do processo de retomada da área de *Tey'i Jusu*.

No dia 30 de maio de 2015 uma comitiva comandada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), presidida na época pelo deputado Paulo Pimenta (PT), que contou com a presença de Deborah Duprat, que era, à época, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do MPF, representantes da FUNAI nacional e regional, Secretaria Geral da Presidência da República e alguns parlamentares estiveram até a retomada de *Tey'i Jusu* para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos.

Na ocasião a representação da FUNAI garantiu que até o final de junho do mesmo ano o relatório estaria na mesa da presidência para a publicação. O relatório que teve a primeira versão entregue em 2011, na época da comitiva estava em vias de aprovação na Coordenadoria-Geral de Identificação e Delimitação (CGID).

Em 2007, após a publicação do CAC, houve uma campanha massiva organizada pelos fazendeiros, que contou com apoio da imprensa local, contra a demarcação das terras indígenas. A pressão para paralisar os estudos e o processo de demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul foi bandeira política dos ruralistas, com forte apoio das suas entidades de representação.

Nos últimos anos, os indígenas da região relataram diversas violações de direitos humanos, além de ameaças em rondas constantes de camionetes pela região. Os dois principais casos que tiveram grande repercussão foram do adolescente Denilson Barbosa, de *Pindo Roky*, que foi assassinado enquanto acessava uma área de pesca em uma das fazendas em 2013, além dos ataques químicos com agrotóxico efetuados por

---

<sup>9</sup> Para acessar algumas notícias do jornal O Correio do Estado e Alô Caarapó: <http://goo.gl/0oPp7U> e <http://goo.gl/qnHIOX>

avião e "formigão" (grande maquinário terrestre de aplicação de veneno) na comunidade de *Tey'i Jusu*, que se iniciaram em novembro de 2015 e ainda continuam até a presente data.

Os ataques foram filmados pelos indígenas e divulgado pelas redes sociais, o MPF recebeu a denúncia e entidades indigenistas expuseram os ataques internacionalmente como crime de guerra, pois se tratava de ataque químico contra uma comunidade. A produção e utilização de material audiovisual pelos indígenas foi uma ação muito importante, pois além de dar visibilidade para área, trouxe vários parceiros e aliados para acompanhar as violações que ocorriam na T.I.

Em meio a este cenário de violência, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região acatou o pedido de reintegração de posse dos fazendeiros e fixou prazo de permanência dos indígenas na área até 20 de janeiro de 2016. O pedido de reintegração de posse foi suspensa pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, no dia 16 de janeiro de 2016, conforme publicação na página do *facebook* do *Aty Guasu*.<sup>10</sup>

O relatório antropológico de identificação e delimitação da área passou por todos os procedimentos técnicos, restando apenas os atos administrativos da FUNAI, conforme o Decreto 1775/96. Porém, sem justificativa nenhuma para com os indígenas, o relatório ficou paralisado durante muito tempo. O ato, que por essência que deveria ser apenas técnico e administrativo por parte do Executivo Federal, se transformou também em um ato político, que contou com o apoio de setores do agronegócio que angariaram fundos e forças políticas em nível nacional para inviabilizar as demarcação das terras indígenas.

Diante deste cenário e da instabilidade política e econômica do país, com um processo de impeachment impetrado através de profunda manobra política contra a presidente Dilma Rouseff, um grupo de indígenas Kaiowá e Guarani aproveitaram a agenda do Acampamento Terra Livre (ATL), que aconteceu nos dias 10 a 13 de maio de 2016, em Brasília (DF), para ir até a sede da FUNAI pressionar a aprovação do relatório.

---

<sup>10</sup> *Aty Guasu* é a "Grande Assembleia" do povo Kaiowá e Guarani, as lideranças se organizam através do Conselho *Aty Guasu* que tem uma página no *facebook* para acessar: <http://facebook.com/aty.guasu>

No dia 10 de maio de 2016 o grupo ocupou a sede da FUNAI e pressionou o presidente, João Pedro Gonçalves para a assinar o relatório de *Dourados-Amambaípegua I*. Sob pressão o relatório foi assinado e publicado no dia 12 de maio de 2016, mesmo dia em que a presidenta eleita Dilma Roussef foi afastada pelo Senado Federal.<sup>11</sup>

Os Kaiowá e Guarani que estiveram na ação relataram que a vontade do Executivo Federal era de não aprovar o relatório de identificação e delimitação devido as alianças que o Governo Federal mantinha com os setores ligados ao agronegócio. O rito técnico e administrativo para o processo de demarcação de terras indígenas fixado na Constituição Federal de 1988 e no Decreto 1775/96 foi substituído por critérios políticos. A nova proposta era de desmembrar o *tekoha guasu* em áreas de, no máximo, 2.000 ha, contrariando o CAC firmado em 2007, que na prática seria a volta do antigo modelo de reservamento<sup>12</sup>.

O novo presidente em exercício Michel Temer, antes mesmo de assumir a presidência, já havia assumido compromisso com Frente Parlamentar do Agronegócio, que reveria todas as últimas ações do governo anterior em relação a desapropriação de áreas para a reforma agrária e demarcações de terras indígenas. Assim que assumiu a Presidência da República, Temer mandou rever os últimos atos da presidenta afastada Dilma Rousseff a partir do início de abriu de 2016.<sup>13</sup>

Cansados de esperar pela demarcação de seus territórios os Kaiowá e Guarani no dia 12 de junho de 2016 retomaram uma nova área na Fazenda Yvu, em Caarapó. No dia 14 de junho de 2016 um grupo de fazendeiros com apoio do Sindicato Rural de Caarapó atacou com rojões e tiros os indígenas que estavam dentro da T.I. A ação resultou na morte de Clodiodio de Souza e diversos feridos, alguns deles hospitalizados em estado grave e cujos desdobramentos em ameaças, emboscadas e violências ainda acompanhamos.

---

<sup>11</sup> Para mais informações acesse: <http://goo.gl/7GuGF4> e <http://goo.gl/uJZNcF>

<sup>12</sup> Esse modelo de reservamento foi utilizado pelo Sistema de Proteção ao Índio (SPI) no começo do século XX . O Governo Federal instituiu oito reservas no sul do Mato Grosso do Sul , em torno de 18 mil hectares, forçando os indígenas a viverem nessas reservas, sem respeitar seus costumes e tradições. Esse processo visava a integrá-los à sociedade nacional.

<sup>13</sup> Para mais informações acesse: <http://goo.gl/gg2y7v> e <http://goo.gl/gg2y7v>

## ***Kurupi Santiago Kuê* - A "Esperança do Amanhã", breves considerações da luta pela terra**

A realidade de expropriação e consequente perda da terra sofridas pela comunidade Kaiowá de *Kurupi Santiago Kuê* não foi diferente das outras áreas apresentadas neste artigo. Trata-se de uma área de ocupação tradicional indígena, no entanto, não há estudos publicados para identificação e delimitação do *tekoha*.

*Kurupi Santiago Kuê*, no entanto, pertence ao grupo de estudo criado pela Fundação Nacional do Índio no ano de 2008, denominado de *Dourados Amambaieguá* sob a portaria nº. 789/2008, cuja superfície física de estudo a qual pertencia a área territorial, foi identificada como Gleba dois, que incluía as seguintes áreas: *Lechucha/Matula*, São Lucas, Bonito, *Santiago Kue*, *Kurupi* e *Kurupa'i Mboka*, dos municípios de Dourados, Amambai, Caarapó, Laguna Caarapã, Naviraí e Juti. Todavia, estes estudos até hoje não foram finalizados por conta de dificuldades internas da FUNAI em fazer a conclusão dos trabalhos.

A comunidade é pertencente à remanescente família de Verônica<sup>14</sup> (que é liderança atualmente no acampamento), pois segundo seus relatos, a mãe dela, Gregória, que nasceu e cresceu na região, só fora retirada do local em meados da década de 1970/80. A retirada se deu por uma nova realidade que se instaura em suas terras de origem: a ocupação latifundiária, iniciada com a entrada involuntária de fazendeiros nas terras dos Kaiowá.

Partindo desse pressuposto, as famílias de *Kurupi Santiago Kuê* resistem como podem diante das diversas atrocidades que encontram cotidianamente em suas vidas. Inseridos em meio a essa problemática muitas famílias não se adaptaram a nova vida de peões de fazenda, e a dispersão foi inevitável. Após sua dispersão por alguns anos, transitando por diversos locais, inclusive na Reserva Indígena de Dourados, a família de

---

<sup>14</sup> Verônica tem 54 anos, da etnia Kaiowá, liderança do acampamento e é filha de Gregória que nasceu e cresceu em *Kurupi Santiago Kuê*. A liderança também nasceu em *Kurupi*, e desde muito nova passou a residir na casa dos fazendeiros, realizava trabalhos domésticos e cuidava das crianças de Lício Rocha e Baltazar Rocha, esposo de Nuncia Rocha que eram os latifúndios que entraram nas terras da região. Segundo Verônica, Baltazar Rocha é seu padrinho, e menciona ainda que Nuncia Rocha ponderava sempre que naquelas terras “*criava seus índios e se um dia vendesse, um pedaço de terra era para deixar a eles*”.



Verônica não se adaptava a nenhum local por muito tempo, e suas andanças sempre foram marcadas por constantes conflitos. Foi então quando decidiram retornar ao seu *tekoha* de origem na década de 1990, Verônica, junto com seu esposo Ivo *in memorian*, seus filhos, parentes e aliados, lideraram o retorno ao seu *tekoha*. A liderança relata da seguinte forma:

*“Era noite, e estava muito frio e escuro, estramos e montamos nossos barracos, não estávamos com medo, mas a gente temia o que poderia acontecer depois, pois sabemos que os fazendeiros dão mais valor a uma cabeça de boi do que a um índio, e eu conheço bem a fama da família Alexandre aqui, pois agora são eles os donos das nossas terras”* (Verônica 24 de Maio de 2015).

A partir da década de 1990 até o atual ano de 2016 as famílias de *Kurupi* tem tentado combater as violências físicas e psicológicas sofridas com muita resistência, que se dá muitas vezes na forma de rezas. Deparam-se hoje em situação de acampados, ou seja, residem em uma pequena faixa de sua terra tradicional na beira da BR-163, cerca de 10 Km da cidade de Naviraí-MS. A condição de vida no local não é fácil, pois a água é escassa e colhida em uma mina a alguns metros de distancia de seus barracos confeccionados a lona. A lenha para preparar os alimentos também é insuficiente, sem contar que o solo da região é infértil devido às químicas já utilizadas ali, visto que já foi utilizado também para agropecuária, o que reflete na pouca possibilidade de plantio naquele local.

Varias são as situações que precisam enfrentar em seu cotidiano, que vão desde a falta de comida, água, agasalhos, até mesmo tiroteios, ameaças físicas, psicológicas, suborno e propostas financeiras para saírem do local. Quanto a este ultimo fato descrito, Valdir, 31 anos, Kaiowá, filho de Verônica e residente, junto com sua esposa e filhos, no *tekoha Kurupi Santiago Kuê*, relata em uma entrevista realizada e gravada que:

*Uma mulher que se chama Sara, negra, alta e que fala muito bem, começou a frequentar a nossa casa dizendo que se sentia tocada em ajudar minhas crianças. Ela trazia bala, frutas, brinquedos e ficava aqui conversando com a gente. Um certo dia ela chegou e veio conversar comigo, dizendo que tinha uma proposta a me fazer, eu disse que ela poderia falar o que era, e então ela disse:*

*Sara – Valdir eu tenho uma proposta pra você, estamos te oferecendo uma quantia de 25 mil reais, mais uma casa na cidade de Naviraí com garantia de comida pelo tempo que precisar para você deixar esse local.*

Valdir respondeu: - *Dona Sara eu fiquei muito surpreso com a senhora, por acaso é porta voz do fazendeiro?*

Sara respondeu: - *Sim... Sou apenas porta-voz...*

Valdir então diz: *Então manda esse recado pra ele, fala para o Sr. Miguel Alexandre guardar esses 25 mil reais pra comprar outra fazenda para tirar a fazenda dele do meu tekoha, pois eu não vou sair daqui, só saio daqui com a minha morte...*

Sara – *Você não vai aceitar mesmo?*

Valdir – *Não, Prefiro a minha morte!*

Sara vai embora e retorna no outro dia, perguntando e insistindo se já tínhamos pensado, e Valdir diz que não vai aceitar, e a partir daí ela começa a ser mais franca, dizendo:

Sara – *Porque o fazendeiro mandou dizer que se não aceitar, ele disse que vai ter tirar a força por bem e por mal... Pensa Valdir, pois você tem crianças, esposa e sua mãe que você tanto ama...*

Valdir – *Sara, a senhora esta ameaçando a minha família, e eu quero que você se retire agora...*

Sara – *Mas quando vier o ataque lembra o que eu te disse, que eu te avisei..*  
Valdir 03 de Junho de 2016.

Valdir relata que após três dias que Sara fez a proposta, houve o ataque aos barracos, queimando-os e muito tiroteio. Esse ataque ocorreu no final do ano de 2015, e foi apenas um de vários já sofridos e relatados pelas famílias. Diante das falas acima, relatados pelo filho de Verônica, pode-se perceber situação de vulnerabilidade e violação de direitos sofrida pela comunidade de *Kurupi Santiago Kuê*, e por vias de justiça, a necessidade de dar visibilidade à situação desesperadora que essas famílias vivem em suas vidas.

Esta comunidade era uma das maiores da região, perpassando os rios Laranja'i e córrego São Lucas e divididas pelos rios Amambai e Ivinhema. Viveram historicamente nessas áreas se refugiando desde o início do período colonial, principalmente pelo fato da região ser distante de rotas navegáveis, motivo pelo qual se distanciavam das chegadas e do contato imediato com os colonizadores. Todavia, esse distanciamento e isolamento não se mantiveram com a chegada da Companhia Matte Laranjeiras.

Esta companhia passou a empregar mão-de-obra Kaiowá e Guarani desde as primeiras décadas do século XX, e a incorporação do trabalho passou a ser gradual, principalmente para a coleta da erva-mate. Na década de 1940 tem-se a inclusão de

derrubadas de matas e abertura de propriedades rurais no trabalho braçal indígena. Já na década de 1960 as comunidades ainda viviam em seu território tradicional, porém com indícios de dependência das propriedades rurais, ou seja, neste período os Kaiowá e Guarani passam a transitar de uma fazenda a outra em busca de trabalho, pois a remuneração já se fazia necessária para a sobrevivência devido à situação de territorialização precária.

Em *Kurupi Santiago Kuê* as comunidades possuíam vínculos constantes de parentesco, religiosidade e alianças políticas, o que possibilitou a mobilidade nos períodos de expropriação como uma estratégia temporária de manter a posse da terra. Na década de 1960 as comunidades Kaiowa e Guarani com influência cabocla já obtinham outra forma de residência, não sendo mais aquelas casas comunais, mas um modelo de casa onde residiam apenas a família nuclear e alguns agregados, e estando algumas centenas de metros distantes, características de um modelo caboclo, chamando menos atenção de sua existência. Porém essas famílias sempre estavam interligadas por caminhos estreitos construídos entre as casas, mantendo suas relações, bem como sua sociabilidade constituída pela parentela comunal.

Neste contexto, a partir da década de 1960, a ocupação agropastoril vai tomando conta de todo território do sul de Mato Grosso do Sul. Assim, a mão-de-obra indígena passou a ser a principal condição para sobrevivência, e se submeter à condição de peão de fazenda era uma das únicas opções de trabalho. Por este motivo, muitas famílias indígenas continuaram vivendo em suas terras tradicionais, todavia nas condições acima citadas. Isso explica porque alguns Kaiowá na faixa etária de 20 a 50 anos nasceram no local, mesmo depois do processo de expropriação.

A relação entre os proprietários rurais e os povos indígenas nunca foram amistosas. Inicialmente para entrarem nas terras ocupadas pelos Kaiowá e Guarani, foram colocados alambiques e distribuído cachaça em abundância para convencer os indígenas a trabalharem na derrubada de matas e na abertura de fazendas. Esse fato de associar bebida ao trabalho braçal indígena era comum, e podemos observar em estudos antropológicos como no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani-Kaiowá *Guyraroká* elaborado por Pereira (2002), onde descreve o seguinte relato:

Os Kaiowá mais velhos de Guyraroká (como Jorge Paulo) contam que primeiro a Cia instalou um acampamento próximo ao riacho Caracu, um pouco distante de suas casas. Nesse tempo ainda viviam nas casas

grandes –ogapysy e praticavam a poligamia. Uma dessas casas teria sido atacada por trabalhadores paraguaios da Cia, que mataram o dono da casa e raptaram suas quatro mulheres. A partir desse período, por motivo de segurança, passaram a construir as casas mais próximas umas das outras. Os paraguaios empregados da Cia passaram a visitá-los para conversar, instalaram um alambique que fornecia generosamente cachaça aos Kaiowá, e em pouco tempo os homens jovens passaram a trabalhar para a Cia, engajando-se na coleta da erva e desenvolvendo formas de convivência pacíficas com os trabalhadores paraguaios. (PEREIRA, 2002, pp.26)

As condições de trabalho para os indígenas sempre foram desfavoráveis. No mesmo relatório Pereira (2002) ainda relata que:

Outro problema enfrentado pelos Kaiowá e Guaraní eram as condições extremamente desfavoráveis dos contratos de trabalho a que tinham que se submeter. Brand (1997:68) cita o Relatório de 1927 em que o auxiliar Genésio Pimentel Barbosa, informa o Inspetor do SPI, Dr. Antônio Martins Estigarribia, que “o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga 11” e que é necessário que o SPI tome uma decisão no sentido de libertar essas tribos “do domínio dos ervateiros paraguayos, fazendo cessar o regime de escravidão em que vivem” (PEREIRA, 2002, pp.27).

As comunidades de *Kurupi Santiago Kuê* passaram por todos os períodos descritos acima, e a questão da mão-de-obra foi algo evidenciado pela comunidade que influenciou consideravelmente na permanência estratégica em seus territórios, porém, a partir dos anos 1970 a situação foi se agravando, e os proprietários rurais já não aceitavam a presença indígena em suas terras. As expulsões ocorreram, e a partir daí inicia um novo ciclo de estratégias e mobilizações em busca do reconhecimento e demarcação do território tradicional.

Um divisor histórico que inuma totalmente a presença Kaiowá e Guaraní como agentes históricos da região sul de Mato Grosso do Sul foi à chegada das frentes colonizadoras do final do século XIX e início do XX.

Conforme o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guaraní/Kaiowá Taquara, Pereira (2005) chama a atenção para o fato de que:

Em 1870, após a Guerra da Tríplice Aliança, o governo brasileiro institui uma comissão para realizar a demarcação física da linha de fronteira entre Brasil e Paraguai. Essa comissão cruzou o território onde estavam dispostas as aldeias Guarani (Kaiowá e Ñandeva), entre o rio Apa e o salto de Sete Quedas, em Guairá, deixando importantes relatos sobre a presença desses índios. Embora a Lei de Terras de 1850, vigente à época, garantisse aos índios o direito ao uso e usufruto das terras ocupadas por suas comunidades, nada foi feito no sentido de assegurar esse direito. Pelo contrário, o Estado ignora sistematicamente a presença indígena nas medidas administrativas subsequentes, estimulando a ocupação econômica da região, inicialmente cedendo as terras em concessão de arrendamento a Companhia Mate Laranjeiras e depois as legalizando em nome de particulares, incluindo as terras que, sabidamente, já eram ocupadas por comunidades kaiowá. Isto fica flagrante no contrato de arrendamento celebrado em 1926 entre o estado de Mato Grosso e a Companhia Mate Laranjeiras, onde não se mencionam as reservas indígenas já demarcadas pelo SPI desde 1915 e que figuravam no interior das terras arrendadas (Pacheco 2004: 32). (PEREIRA, 2005, pp. 24)

Desde o final do século XIX pós Guerra da Tríplice aliança até os dias atuais os povos indígenas herdaram o conflito pela terra. Este envolvendo duas faces, ora os Kaiowá e Guarani, ora os proprietários rurais. Crespe Lutti (2009) desenvolve a categoria de “conflitos de direitos”, onde “de um lado, o direito indígena de recuperar a posse das terras que reivindicam como áreas de ocupação tradicional, e de outro, a recusa dos proprietários de liberarem espaços para a permanência dos indígenas, por se reconhecerem como os portadores legais do direito à posse da terra”. (CRESPE LUTTI, 2009, pp. 16).

Este conflito de direitos é, também, um conflito político. Portanto, indígenas e proprietários lançam mão de estratégias para conquistarem aliados que possam ajudá-los. Cada um destes segmentos traça estratégias para conseguir que os operadores do direito ajam em favor de seus interesses. Os indígenas procuram se fortalecer a partir da relação com órgãos públicos e entidades indigenistas que possam

defendê-los e auxiliá-los neste processo, em especial o Ministério Público Federal, órgão que goza de grande reconhecimento entre os indígenas. Já os produtores rurais, para angariar o apoio da sociedade não-indígena, se valem em larga medida da imprensa local e tentam, por meio dela, representar de forma negativa toda a ação indígena que tenha por objetivo a reconquista de antigas áreas de ocupação tradicional. Os produtores contam ainda com advogados bem pagos que movem um grande volume de ações na justiça em defesa de seus direitos. (CRESPE LUTTI, 2009, pp. 17).

A venda de terras devolutas a particulares teve seu processo retardado devido à presença da Companhia Matte Larangeiras na região sul do atual Mato Grosso do Sul. Isso se deve ao fato de que esta arrendou faixas de terras extensas, concedidas pelo governo, que abrangia todo o território onde estavam presentes as comunidades Guarani. Por terem influências e poder político e policial esta companhia impedia a entrada de concorrentes nas terras que estavam com interesse de se fixar na região.

Devido ao seu prestígio político esta companhia sempre obtinha a renovação de seus contratos de concessões de terras. Somente a partir da década de 1920 é que as especulações imobiliárias com a intenção de comercializarem na região, passaram a participar e requerer ativamente concessões de terras. Finalmente em 1924 o Governo do Estado do Mato Grosso finaliza os arrendamentos monopólicos a Companhia, o que culmina gradativamente em um movimento crescente de regularização de propriedades particulares na região e a perda do poder absoluto de uma única empresa ervateira na região. A Companhia Mate Larangeiras mesmo tendo o caráter de domínio das terras e monopólio de extração das riquezas naturais, teve um papel fundamental ao não permitir durante décadas a entrada de não indígenas em territórios guaranis, bloqueando de uma forma mais intensiva a colonização deste território até a década de 1920 (Pacheco, 2004, pp. 32).

Analisar a composição da política de Mato Grosso, ainda naquele período já segmentada em uma estrutura hierarquizante onde priorizava a distribuição de terras devolutas a coronéis e as redes de alianças de poder, no sentido de alimentar os interesses de grandes proprietários rurais e suas especulações imobiliárias, deixando de lado as famílias indígenas residentes, e priorizando a mobilidade dessas comunidades

para o sistema de reserva em suas terras tradicionais, reflete no cerne da realidade contemporânea dos conflitos latifundiários existentes em Mato Grosso do Sul.

Houve um consenso à partir desse contexto de expropriação e distribuição/venda de terras devolutas “entre as diversas modalidades de agentes representantes da sociedade regional (proprietários de terras, políticos, funcionários do governo, missionários, etc.) de que lugar de índio é na reserva” (PEREIRA, 2005, pp. 26). Isso explica a ótica estereotipada que a sociedade brasileira vê os indígenas, como “invasores” das terras que tradicionalmente ocupavam e de que seu lugar é dentro da reserva.

### **Considerações finais**

Neste artigo analisamos três áreas de retomada distintas, que estão em etapas diferentes de demarcação, com o intuito de investigar as novas estratégias de luta utilizadas pelos Guarani e Kaiowá.

Diante de um cenário de muita violência e violações de direitos e paralisação do processo demarcatório das terras indígenas os Guarani e Kaiowá desenvolveram uma série de estratégias que pudessem dar resposta a esta conjuntura.

As escolas, a inserção dos indígenas nas universidades, o debate acerca da educação escolar indígena formou um quadro de novas lideranças. Essas lideranças adquirem conhecimento técnico e científico que amplificam e transformam a luta pela terra.

O acesso aos bens de consumo de comunicação tecnológicos, como celulares e câmeras, foi incorporado na luta pela demarcação de seus territórios e na necessidade de contrapor o discurso da imprensa local e disputar a opinião pública em seu favor.

O acesso e o domínio dessas tecnologias, somado com o avanço da internet, principalmente das redes sociais, proporcionaram outras possibilidades de denúncias, articulações e alianças para além do movimento indígena.

Essas novas estratégias são fundamentais para dar respostas que tentem disputar com o cenário em que os processos de demarcação deixaram de ser atos técnico-administrativos conforme o Decreto 1775/96, e a Constituição Federal de 1988, para serem atos carregados de *lobby* político do agronegócio.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 tenta consolidar esse ideal de tornar a demarcação um ato discricionário, ou seja, fica a revelia dos interesses do Poder Legislativo, pois a demarcação passa a ser atribuição dos Deputados e Senadores, e não mais da União. Independente da aprovação da PEC, na prática, o rito de demarcação das terras indígenas obedece ao poder político e econômico.

No conflito de direitos entre propriedade privada *versus* Direitos indígenas, os latifundiários têm saído vitoriosos, numa perspectiva jurídica, pois os latifundiários conseguem tencionar judicializando a demarcação, interrompendo suas etapas ou simplesmente suspendendo as homologações.

A autodemarcação tem sido uma resposta a imobilidade proposital dos governos frente ao não cumprimento do artigo 231 da Constituição Federal, bem como ao não cumprimento do art. 67 da ADCT, que asseverava o prazo de cinco anos efetuada às demarcações contados a partir da promulgação da Carta Magna.

Outra forma de não garantir os ditames da Constituição em relação aos direitos indígenas na demarcação de seus territórios, é a tese utilizada pela segunda turma do STF denominada "marco temporal".

A tese do marco temporal, que foi uma das condicionantes da Raposa Serra do Sol, interpreta que uma terra só pode ser considerada tradicionalmente ocupada pelos indígenas se os mesmos estavam comprovadamente inseridos nela no dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Ocorre que em outubro de 2013 quando o STF apreciou os Embargos Declaratórios do julgamento da Raposa Serra do Sol, a maioria do plenário decidiu que as condicionantes impostas a estes casos não eram vinculantes para outras demarcações sub judice.

O STF de uma forma contraditória aplica as condicionantes em outros casos, suspendendo a homologação da terra indígena Guyraroká, dos Guarani e Kaiowá, bem como a TI Porquinhos, do povo Canela no Maranhão.

São mecanismos que trazem, então, insegurança jurídica ao invés de serem o guardiões da Constituição Federal. Observando-se uma condicionante que piora a questão, no caso da TI Limão Verde, a 2ª Turma alega que os indígenas não tem direito



a demarcação, primeiro porque não estavam fisicamente no território, segundo porque mesmo que não estivessem, devido ao esbulho sofrido, deveriam estar demandando pela terra judicialmente.

Pois bem, acontece que antes de 1988, os indígenas não tinham autonomia jurídica para demandar terra, ou qualquer bem, pois eram tutelados pela Funai, e ainda, é notória a história da expulsão dos povos indígenas dos seus territórios tradicionais no começo do século XX.

A desterritorialização das comunidades Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul ocorreram de maneira gradual. Entre os anos de 1910 e 1928 foram demarcadas oito pequenas faixas de terras denominadas de reservas indígenas pelo Governo Federal, totalizando uma área de 18.124 ha.

O principal objetivo era “centralizar” as comunidades Kaiowá e Guarani que viviam dispersas em grupos vivendo de acordo com seus modos sociais e organizacionais, e posteriormente abrir espaços para as frentes de expansões coloniais e a consequente submissão do mão-de- obra indígena.

No entanto, foi ignorado na implementação dessas reservas, que estava naquele período sob orientação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, os padrões das maneiras de se relacionarem com a terra e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social.

Os estudos antropológicos recentes demonstram que os indígenas nunca deixaram de acessar seus territórios, como demonstrado no corpo do trabalho, serviram de mão-de-obra, trabalharam nas fazendas, como peões, derrubaram as matas, e etc.

A partir dos anos 80, os proprietários rurais começaram a ter uma nova postura em relação aos indígenas que permaneciam nos fundos das fazendas, acabaram não aceitando mais esse tipo de ocupação. Após a promulgação da Constituição Federal, com a inserção dos artigos 231 e 232, os indígenas que já estavam anteriormente organizados, também tomaram novas medidas ou estratégias de luta para garantir o cumprimento desses preceitos legais.

Outro argumento que desmonta a tese do marco temporal é o de que o período da ditadura militar (1964 até 1985) proibia a mobilidade dos indígenas, promovendo

remoções forçadas, conforme se verifica no corpo do Relatório Figueiredo e no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

É dessa forma, com tais vivências e a partir das realidades, debates e perspectivas apresentados, que procuramos explicitar neste artigo novas estratégias de manutenção e recuperação dos Kaiowá e Guarani na luta por seus territórios tradicionais.

A resistência indígena ultrapassa os preceitos legais, pois estes não são respeitados pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, cabendo refletir que, acostumados a viver à margem da aplicação das leis, utilizam de subterfúgios das mesmas para garantir seus direitos. Tal luta, narrada por meio deste trabalho que buscou debater os contextos de ódio e violência contra os indígenas no estado, coloca-se então, como uma forma de denunciar o genocídio indígena em curso diário em Mato Grosso do Sul.

#### **Referências bibliográficas.**

ATY GUASU. Carta de comunidade Guarani Kaiowa Tey'i Juçu Pindo Roky/Tey'ikue-Caarapó-MS. 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/aty.guasu/posts/603723479762855:0>. Acesso em: 28 mai 2016.

BARBOSA, Cerenio Pimentel. 1927. Relatório apresentado pelo auxiliar Cerenio Pimentel Barbosa ao Sr. Dr. Antônio Martins Vianna Estigarribia, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios do Estado de Matto-Grosso, sobre serviços procedidos em anno de 1927.

BRAND, A. J. 1993. O confinamento e seu impacto sobre os Paì-Kaiowá. Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

BRAND, A. J. 1997. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre. Tese (doutorado em História) - PUC/RS.

BRAND, A. J. 2003. A Aldeia Taquara. In: Revista Tellus. Ano 3 n.4 abril de 2003. UCDB. Campo Grande, MS.

BRAND, Antonio Jacó. O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRAND, Antonio. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Viera. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História. Assis, 2013.

CRESPE LUTTI, Aline Castilho. Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha. Tese de Doutorado defendido no PPGH/UFGD, 2015

CRESPE, Aline Castilho. 2009. Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os guarani e kaiowá no município de Dourados -MS: 1990-2009. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da UFGD.

DOURADOS NEWS. Revoltada, presidente de Sindicato deixa reunião e diz que vai retomar terra invadida. Notícia de 29/08/2015. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/cidades/revoltada-presidente-de-sindicato-deixa-reuniao-e-diz-que-vai-retomar-terra-invadida>>. Acesso no dia 28/05/16.

El PAÍS. Fazendeira em conflito com os indígenas “Só saio de casa algemada ou morta”. El País. Data: 06/09/15. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/06/politica/1441494809\\_661684.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/06/politica/1441494809_661684.html)> . Acesso no dia 29/05/16.

FUNAI. Despacho do Presidente Nº 59 de 12/05/2016. Aprova e publica o Resumo do Relatório Circunstancial de Identificação e Delimitação da Terra Indígena

DOURADOS-AMAMBAlPEGUÁ I de autoria do antropólogo Levi Marques Pereira. Diário Oficial da União. 12 mai. 2016. p. 75-78, seção 1.

-----Ministério de Agricultura, Indústria e Comercio, Filme nº 25 – Registro no Ministério da Justiça nº 156.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; PEREIRA, Levi Marques. Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: UFGD, 2009.

PACHECO, Rosely Aparecida Stefanos. 2004. Mobilizações Guarani Kaiowá e Ñandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o direito indígena. Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: UFMS.

PEREIRA, Levi Marques Pereira. 2004 a. Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno. Tese de doutorado em antropologia social. FFCH - USP. São Paulo –SP

\_\_\_\_\_. 2004 b. “O pentecostalismo kaiowá: uma aproximação dos aspectos sociocosmológicos e históricos” In: Wright, Robin (org.) Transformando os Deuses. Vol. II. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

\_\_\_\_\_. 2005. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guarani/Kaiowá Taquara. Consultoria FUNAI/UNESCO. Juti-MS

\_\_\_\_\_. 2002. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaiowá e Ñandeva de Arroio Corá. Consultoria FUNAI/UNESCO. Paranhos – MS.

\_\_\_\_\_. 2002. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaiowá de Guyra Roká. Consultoria FUNAI/UNESCO. Caarapó – MS.

\_\_\_\_\_. 2003 “O movimento etno-social pela demarcação das terras guarani em MS” In: Revista Tellus. Ano 3 n.4 abril de 2003. UCDB. Campo Grande, MS.

\_\_\_\_\_. 1999. Parentesco e Organização Social Kaiowá. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. 2002. “A criança no mundo dos parentes: o caso da criança adotada entre os Kaiowá”. In: Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. Lopes da Silva, Aracy; Nunes, Ângela; Macedo, Ana Vera Lopes da Silva (Orgs). Global Editora.

ROCHA, Rogério Batalha. Direitos indígenas e educação escolar: parâmetros da escola para a efetividade de direitos dos Kaiowá e Guarani e a concepção dos professores indígenas sobre sustentabilidade e territorialidade. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

ROLLING STONE. BNegão, Criolo e KL Jay tocam em São Paulo em prol dos direitos da população indígena. Data: 09/11/15. Revista Rolling Stone. Disponível em:<<http://rollingstone.uol.com.br/noticia/b-negao-criolo-e-kl-jay-tocam-em-sao-paulo-em-prol-dos-direitos-de-grupos-indigenas/#imagem0>>. Acesso no dia 23/05/16.

SEMILLA DE SUEÑOS. Documentário realizado pela Campanha Povo Guarani, Grande Povo e Cimi. Duração: 18'03''. Imagens: Noé Vitoux, Roteiro: Egon Heck, Montagem: Noé Vitoux e Martí M. Mato Grosso do Sul, 2009.